

Mudança na conversão não altera o acordo da dívida

EXTERNA

O Governo não terá que renegociar o acordo da dívida externa em função de qualquer alteração que venha a ser proposta no processo de conversão da dívida externa. Foi o que disse ontem o secretário para Assuntos Internacionais do Ministério da Fazenda, Sérgio Amaral, ao desmentir notícia de que o Brasil iria alterar o acordo firmado com os bancos credores e com o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Amaral ressaltou que a resolução 1460 do Banco Central regulamentou a conversão da dívida em investimentos no País, com deságio normal de mercado. Dentro desta resolução, um total de US\$ 5 bilhões foi convertido dos quais US\$ 3 bilhões referentes à conversão formal e US\$ 2 bilhões restantes via conversão informal. Estes esquemas de conversão, via leilões em Bolsa de Valores segundo o secretário, podem ser alterados pelo Governo a qualquer momento, independentemente do acordo da dívida.

Por sua vez, dentro do acordo, o Brasil se comprometeu a converter, sem deságio US\$ 1,8 bilhão do dinheiro novo dos bancos (US\$ 5,2 bilhões para 1988), o que ocorrerá em setembro ou outubro do próximo ano, conforme acordo com os credores. Sérgio Amaral negou qualquer alteração nesse compromisso em função das dificuldades de controle da política monetária, como foi veiculado. Negou, também, qualquer modificação no es-



Jorge Cardoso

Amaral desmente renegociação

quema de relending (reemprestimo em cruzados dos recursos em dólares depositados no Banco Central). Lembrou que esse processo só terá início em 89 e que qualquer decisão que o Governo venha a tomar em função do descontrole da política monetária teria que partir dos pontos que não atingem o acordo da dívida.

Redução da dívida

Sérgio Amaral informou que o Governo está estudando três caminhos básicos para obter a redução do estoque de sua dívida externa. Estas saídas serão discutidas nos

dias 11 e 12 de dezembro, no Rio de Janeiro, quando o "grupo dos 8" (que na verdade são 7 países: Brasil, Argentina, Uruguai, Peru, Colômbia, Venezuela e México. O Panamá, que seria o oitavo, está fora do grupo) estará reunido.

A primeira saída para redução da dívida seria o aprofundamento dos mecanismos do mercado, como os bônus de saída, que tiverem boa aceitação pelos bancos no caso brasileiro, onde a adesão foi feita por mais de 100 instituições financeiras internacionais, manutenção da conversão da dívida; lançamento de algum tipo novo de bônus e a securitização, a exemplo do que foi feito no México.

A segunda saída viria através também dos mecanismos de mercado, com apoio institucional. O Brasil tentaria obter algum tipo de garantia dada por uma agência internacional, por exemplo, de que uma parcela de sua dívida será paga. Essa alternativa viria acoplada a algum tipo de mecanismo que evite a desvalorização dos títulos da dívida no mercado secundário.

A terceira e última hipótese em estudo, seria a obtenção do apoio de organismos financeiros internacionais para a compra de parte da dívida no mercado secundário e venda dessa parte ao país credor por um valor mais baixo. Essa saída conta com o apoio do governo japonês; do presidente francês, François Mitterrand, e do Congresso norte-americano, além da Lei de Comércio dos EUA.